

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E EMPREENDEDORISMO: DESAFIOS CURRICULARES NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Maikol Nascimento Pinto

Professor na Etec de São Paulo, São Paulo, Centro Paula Souza. Doutorando pela PUC – Campinas

Estefania A Pianoski Arata

Professora na Etec Martin Luther King, São Paulo. Centro Paula Souza. Mestranda pela Universidade Federal do ABC

Orientador: Rubens Eduardo Birochi Morgabel

Resumo:

O presente trabalho – enquanto um ensaio acadêmico –, tem por objetivo contribuir com a ampliação das discussões sobre os temas educação e sociedade. Porém, além de tratar o empreendedorismo como componente curricular na educação formal de jovens e adultos, intenta mostrar, sob o prisma dos autores da bibliografia utilizada, como o ensino e aprendizagem das teorias e das práticas tangentes ao empreendedorismo podem empoderar os estudantes de modo que, ao apropriarem-se destes saberes, possam se sentir capacitados e motivados a adotarem uma postura empreendedora no mundo do trabalho, além de perceberem o quanto tal postura é importante para o desenvolvimento social.

Palavras-chave: Currículo; Educação; Empreendedorismo; Sociedade.

Abstract:

The present work, while an academic rehearsal, has for objective to contribute with the enlargement of the discussions on the themes of education and society. However, besides treating the entrepreneurship as a curricular component in the formal education of teenagers and adults, it attempts to show, under the authors' prism of the used bibliography, how the teaching and learning of the theories and of the tangent practices to the entrepreneurship can empower the students so that, when they appropriate of these pieces of wisdom they can be qualified and motivated to adopt an enterprising posture in the business world, besides noticing how much such a posture is important for the social development.

Keywords: Curriculum; Education; Entrepreneurship; Society.

Introdução

Para discutir sobre os temas educação, sociedade e empreendedorismo sob a perspectiva da importância do empreendedorismo, enquanto componente curricular na educação formal de jovens e adultos, se faz necessário contextualizá-los com um breve entendimento sobre currículo escolar nacional. Para isso, é fundamental estabelecer um paralelo com o histórico da evolução do pensamento pedagógico brasileiro, a influência deste na ação docente para, posteriormente, tratar do currículo e de seu impacto nos temas centrais do ensaio.

O Currículo educacional e o histórico da evolução do pensamento pedagógico brasileiro

As palavras educação e currículo têm uma história tal que parecem andar de mãos dadas. Durante as últimas décadas, educadores e pesquisadores vêm trabalhando no sentido de desenvolver meios efetivos para resolver os problemas sociais por meio da educação. Hoje, esta tendência parece continuar, mas com discussões relevantemente enveredadas às propostas de uma reforma pedagógica do currículo, no sentido de rever a função dos componentes curriculares ministrados pelos docentes

no processo educacional de ensino e aprendizagem, ao visar uma educação multicultural, eficaz na ampla promoção de desenvolvimento social por intermédio do trabalho.

No século XIII, a educação foi fortemente influenciada pelas doutrinas escolásticas de São Tomas de Aquino. O currículo não existia numa forma organizada e oficializada. Segundo Jesus (2014), os conhecimentos transmitidos para as novas gerações eram resultantes de valores cristãos. Assim, parece que os educadores da época acreditavam que esses valores eram perfeitos para os estudantes e teriam que ser a eles impostos por um processo disciplinar.

O currículo, nos anos anteriores a 1900, enfatizou valores baseados nas tradições históricas do ocidente. Nos anos que precederam o século XIX, o currículo foi centrado basicamente em desenvolvimento de habilidades profissionais. O currículo, naquela época, centrava-se em valores conceituais como o “bem” e o “mal” ou “justiça” determinados por instituições religiosas e pela família. Educação era uma responsabilidade familiar.

Da metade ao final dos anos 40, o espírito da literatura clássica foi reavivado. Estudar literatura clássica e entender a psicologia de aprendizagem foram considerados aspectos importantes por alguns educadores. O propósito era preparar os membros da aristocracia social para “liderança ou posições de nobreza”. Com o advento da Reforma, que foi representada por Martinho Lutero (na Alemanha) e John Calvino (na França), a educação foi submetida a mudanças curriculares. As crianças seriam educadas com base na reforma da igreja e na disciplina severa imposta pelos pais. Para Jesus (2014), os docentes seriam os transmissores dos conteúdos encontrados nos clássicos da cultura ocidental em disciplinas já consagradas pela tradição.

Com o passar das décadas, concebeu-se a ideia de “currículo formal”, o qual refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplina de estudo. Esse é o documento no qual consta e prescreve, institucionalmente, os conjuntos de diretrizes educacionais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O avanço dos estudos dos pesquisadores em relação a currículo possibilitou concepções de nomenclaturas e sistematizações das formas (currículos) pelas quais os diferentes processos de ensino e aprendizagem acontecem.

Para Camargo (2012), *Currículo Real* é o que acontece dentro da sala de aula, com docentes e estudantes, a cada dia, em decorrência de um projeto pedagógico e

dos planos de ensino.

Segundo Santos (2011), *Currículo Oculto* é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho dos docentes. O currículo oculto representa tudo o que os estudantes aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar.

Assim, o currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social: ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, para Santos (2011), a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

É dentre as várias orientações curriculares, a que possui maior tradição histórica. Para os adeptos da tendência tradicional, o núcleo da educação é o currículo, cujo elemento irreduzível é o conhecimento (CAMARGO, 2012).

Nas disciplinas acadêmicas de natureza intelectual – como língua e literatura, matemática, ciências naturais, história, ciências sociais e artes –, se encontra o núcleo do conhecimento, o conteúdo principal ou a matéria de ensino. Sua abordagem baseia-se, principalmente, na estrutura do conhecimento, como um patrimônio cultural, transmitido às novas gerações.

As disciplinas clássicas, verdades consagradas pela ciência, representam ideias e valores que resistiram ao tempo e às mudanças socioculturais, portanto fundamentais à construção do conhecimento. A finalidade da educação, segundo o currículo acadêmico, é a transmissão dos conhecimentos vistos pela humanidade como algo inquestionável e, principal –

mente como uma verdade absoluta. À escola, cabe desenvolver o raciocínio dos estudantes para o uso das ideias e processos mais proveitosos ao seu progresso.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, promulgada em 1996, há objetivos relacionando a cada nível de ensino, relativos às suas etapas, divisões e modalidades, dentre elas o Ensino Médio, cuja finalidade é desenvolver o educando, ao assegurar-lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania; fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Já a Educação Profissional de Nível Médio integra-se às dimensões da ciência, tecnologia e trabalho, que remete à formação de cidadãos aptos a serem protagonistas sociais,

empoderados de capacidades empreendedoras.

Sociedade e Empreendedorismo

O empreendedorismo pode ser entendido sob duas perspectivas: uma reorganização da forma de pensar das empresas e como economia de colaboração.

Segundo Grisi (2008), a empresa ocupa o cerne do sistema produtivo e social e não pode ser “colocado à margem” de uma profunda discussão sobre as novas intenções da sociedade contemporânea; afirma que é necessário repensar a economia.

A argumentação de Dowbor (2002) é que a empresa se organiza de forma livre, atingindo “eficiência indiscutível”. Entretanto, a dinâmica da produção e geração de riqueza, concebe estruturas que torna inviável a distribuição equilibrada, o que reduz sua utilidade social.

Algumas formas contribuição para a modificação deste cenário, apresenta Peyrefitte (1999) que ainda é indispensável uma mudança social de cultura política, pela presença de sindicatos, organizações populares, organizações empresariais progressistas, entre outras esferas das micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Grisi (2008) explica que:

A economia de colaboração, em contraposição à economia da competição, cresce em importância e necessidade, na medida em que as atividades das organizações de modo geral e as de empresas estão se tornando cada vez mais complexas e interativas, em ambientes que operam com tecnologia intelectual gerando capital intelectual e capital social (GRISI, 2008, p. 23).

Nessa perspectiva é possível posicionar o empreendedor como aquele que assume a postura de agente transformador social, com mentalidade nova, capaz de repensar os rumos da sociedade e suas organizações à geração de riqueza.

O termo “capital social” ao qual Grisi (2008) se refere pode ser visto sob dois prismas: pela variável de desenvolvimento, tangente as características de uma organização social; e empreendedor, pois o *empoderamento* organizado das pessoas

em torno de um objetivo comum pode fortalecer as comunidades e grupos sociais, gerando riqueza.

Tal empoderamento, segundo Costa (2007), pode ser entendido como o envolvimento das pessoas na gestão política e econômica dos locais, por meio da descentralização, do repasse de responsabilidades e da democratização do poder. Costa (2007) completa que os indivíduos passam a interagir melhor, por intermédio da compreensão e assumo de responsabilidades e consequências, o que pode desencadear um maior poder de decisão na comunidade.

Segundo o SEBRAE¹, capital social é a trama de relações que conforma o tecido social. Quanto mais complexa essa trama, maiores as relações de confiança, esta baseada nas relações de troca que suportam o mercado.

A Ação Coletiva é uma das variáveis que caracteriza o capital social, uma vez que, sinteticamente, para Bordieu (1980), refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram aos seus integrantes um conjunto de recursos atuais e potenciais.

Segundo Coleman (1990), o capital social baseia-se nos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura. Já Fukuyama (1995), diz que o mesmo se direciona aos recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais.

Costa (2007) explica que entre os diversos conceitos abordados pelos diferentes autores, há consenso quanto à sua importância na definição das variáveis, assim como de alguns aspectos de sua conjuntura, no sentido de desenvolver a coordenação de atividades, e a cooperação em busca da construção de uma realidade de projetos de benefícios comuns à sociedade.

Por conseguinte, é possível perceber que sem capital social não há possibilidade de expansão econômica, pois as características como confiança, normas e sistemas contribuem para aumentar a eficiência de uma sociedade.

As transformações dependem das redes existentes entre os indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais, ou seja, do capital social da comunidade (MARTELETO e SILVA, 2004).

É importante ressaltar que se faz necessário conceber instrumentos de medição e avaliação da intensidade do capital social em uma sociedade, que auxilie na

¹ <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/o-que-e/desenvolvimento-e-territorio-2/capital-social>>

condução de levantamentos e pesquisas.

Baquero (2007) avaliou a qualidade de serviços públicos (saúde, educação, esporte e lazer, transporte, segurança pública, saneamento básico, habitação e telefonia) em três cidades latino-americanas: Porto Alegre (no Brasil), Montevideu (capital do Uruguai) e Santiago (capital do Chile). A pesquisa revelou que persistem níveis de desigualdades significativas entre grupos de pessoas de baixo poder aquisitivo em relação aqueles de alto poder de compra, tangente à qualidade de serviços públicos.

Segundo a CEPAL (2005), tais desigualdades constituem um ciclo vicioso de pobreza e falta de mobilidade social. Assim, o capital social torna-se um elemento fundamental para a criação de políticas públicas participativas e mais eficientes.

A maximização da capacidade das pessoas em associarem-se em torno de interesses comuns faz com que as condições de crescimento sejam melhoradas e pessoas sejam empoderadas pela constituição da cooperação em redes de solidariedade e ajuda altruísta.

São exemplos as intervenções e a gestão de OSG em projetos de escala local, regional e nacional financiados por recursos de fontes nacionais e internacionais. Os conjuntos integrados de projetos conformam-se em redes socioeconômicas solidárias; nos chamados arranjos produtivos locais (especialmente em territórios de baixa densidade empresarial); em programas de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, de gênero e outros (Fischer, 2004).

No contexto brasileiro, Dowbor (2006) vê um paradoxo de imensos recursos subutilizados, de necessidades em diversos setores, enquanto milhões de pessoas ficam sem emprego. Continua mostrando que é preciso encontrar caminhos para que os desempregados passem a se organizar em frentes de trabalho, construindo casas, participando de obras de saneamento básico, criando cinturões verdes em torno às nossas cidades. Completa com a proposição de que o processo permite melhorar a infraestrutura urbana, gerar renda para os desempregados, e dinamizar a demanda na base da sociedade, com isto dinamizando os outros setores. Trata-se de propostas práticas para colocar o “círculo virtuoso” em ação.

Franco (1999) formula o conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável da seguinte forma:

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de

promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. (FRANCO, 1999, p.176).

A opção de Franco (1999) em falar da participação do poder local entendida por Prefeitura, advém da necessidade que processos integrados de desenvolvimento de base local se façam presentes, pois, segundo ele, sem ela, dificilmente as políticas sociais surtirão um efeito emancipador nas populações marginalizadas.

Segundo Junqueira (2008), a gestão social configura-se como uma importante questão dentro da economia e sua potencialidade de contribuir crescentemente no PIB nacional, gerando empregos, qualificando o debate público e incidindo de novas formas no ciclo das políticas públicas, especialmente as sociais e ambientais.

Ainda segundo Junqueira (2008), quando se fala em gestão social, está se referindo à gestão de ações sociais públicas, ou seja, da demanda e necessidade dos cidadãos. O que se percebe nesta sociedade em transformação, contudo, é o cruzamento de diversos sistemas de gestão, estimulando o funcionamento da sociedade com base na articulação de interesses e na busca de uma maior produtividade social e não a simples execução de tarefas (DOWBOR, 1996).

Iniciando a discussão, e despontando como autor mais referido no tema políticas públicas, Santos (1997, p. 270), define de forma clara, a politização: “identificar relações de poder e imaginar formas práticas de transformá-las em relações de autoridade partilhada”. Ele ressalta a ideia de partilha, já que as definições de poder geralmente vêm carregadas da ideia de opressão e exploração, como uma “relação entre os sujeitos humanos que impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica”. (CASTELLS, 2000, p. 51).

Surge em outro sentido, a definição de política como liberdade por Arendt (2007) que retoma a origem grega e o verdadeiro sentido da palavra. E aqui, a autora nos diz que "a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens", devendo então assumir seu papel de representar os indivíduos com suas diversas características.

Enquanto representação social, o papel da política é claramente delineado por Spink (1995):

Nessa perspectiva as representações são essencialmente dinâmicas; são produtos de determinações tanto históricas como ao aqui e agora em construções que têm uma função de orientação: conhecimentos sociais que situam o indivíduo no mundo e situando-o, definem sua identidade social: o seu modo de ser particular, produto de seu ser social. (SPINK, 1995, p. 8).

Desse modo, pode-se compreender a assertiva de Raichelis (2004) acerca da incompletude do verdadeiro sentido das políticas enquanto servidoras do bem comum, especialmente no Brasil.

O público (no sentido de estatal) na história brasileira foi marcado (...) pela dominação oligárquica da troca como favor, base de um entranhado clientelismo. Por outro lado, até os dias de hoje, o pacto das oligarquias com as chamadas elites modernas vem assegurando a estabilidade do poder vigente. Numa simbiose típica, persistem relações de troca de favores políticos por benefícios econômicos e de favores econômicos por benefícios políticos. Mesclam-se o velho e o novo, sem rupturas radicais (RAICHELIS, 2004, p.17).

A estreita relação entre a gestão social e as políticas públicas fica nítida quando se pensa nos direitos inerentes a cada membro que dela faz parte, como se descreve: “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p.56).

Esses mesmos direitos, abordados diversas vezes em Bobbio (1992, 1997 e 2000), se caracterizam e definem pela capacidade de normatizar as condições de vida das pessoas, instituindo e modificando relações de poder e ajudando a compreender as relações entre indivíduos diferentes que tentam se estabelecer como sujeitos políticos dentro de uma mesma sociedade.

Desse modo, não há como falar em gestão social sem se referir à gestão de ações sociais públicas, ou seja, da demanda e direitos dos cidadãos (JUNQUEIRA, 2008). Estas relações sociais, cada vez mais têm refletido a necessidade política de

uma construção democrática da responsabilidade governamental, que seja capaz de estabelecer relações horizontais, onde a própria gestão pública caminhe para a descentralização, através de decisões mais setorizadas e participadas (DOWBOR, 2000).

O princípio da intersetorialidade enquanto articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão (JUNQUEIRA, 2008), aparecem então como facilitadores. Acerca destas relações intersetoriais, e de seus impactos nas políticas, Dagnino (2002) destaca que:

[...] é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa, inclusive aquilo que une e opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas. (DAGNINO, 2002 p. 282).

O desenvolvimento tecnológico desponta como um grande motor de transformação desse processo democrático e de inclusão, potencializando a comunicação e possibilitando o debate público. Nesse sentido é que Castells (2000) introduz a discussão da rede como uma nova forma de participação dos cidadãos, por proporcionar a interdependência das estruturas políticas e ao mesmo tempo, permitir a expressão ativa dos indivíduos.

Assim, pensar individualmente hoje, não exige de pensar também pensar globalmente, pois ainda que se viva de modo fragmentado, pelo fato de cada lugar e tempo ter suas características próprias, como já destacava Bobbio (1992, p. 18): “o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas”, estamos ligados de alguma maneira. É isso que descreve, em paradoxo, Castells (2000):

As funções dominantes são organizadas em redes próprias de um espaço de fluxos que as liga em todo o mundo, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas no espaço de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros. (CASTELLS, 2000 p. 504).

Esse panorama, que relaciona sociedade, desenvolvimento, isto inegavelmente influencia o modo de pensar e agir político de uma sociedade.

Considerações Finais

O presente trabalho – enquanto um ensaio acadêmico –, teve por objetivo discutir os temas educação, sociedade e empreendedorismo sob a perspectiva da importância do empreendedorismo, enquanto componente curricular na educação formal de jovens e adultos. Além disso, intentou mostrar, sob o prisma dos autores da bibliografia utilizada, posicionada nos campos da educação, ciências sociais e gestão, no seu desfecho, como o ensino e aprendizagem das teorias e das práticas tangentes ao empreendedorismo podem empoderar as pessoas que, ao apropriarem-se destes saberes, possam se sentir capacitados e motivados a terem atitudes empreendedoras no mundo do trabalho.

Referências

CAMARGO, W.F. *Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental*. Universidade Estadual de Londrina, 2012 Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/wanessa%20fedrigo.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

DOWBOR, L. *A reprodução social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GRISI, Fernando Correa. *Empreendedorismo Social: Uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GRISI, Fernando Correa. *Empreendedorismo Social: Uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

JESUS, A.R. *Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional*.

Universidade Federal de Sergipe, 2014. Disponível em:

<http://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf>.

Acesso em: 28 jun. 2017.

PEYREFITTE, A. *A sociedade da confiança*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

SANTOS, E.P., DIA DIA EDUCAÇÃO. *O processo de avaliação da aprendizagem escolar na prática pedagógica*. Dia da Educação, 2011. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1770-6.pdf>>. Acesso em:

27 jun. 2017.